



**Projeto Pedagógico do Curso de
Pós-Graduação *Lato Sensu* em
Gestão Estratégica em Saúde**

- EAD -

**Curitiba/PR
Abril/2023**

Mantenedora
GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA – e-MEC 18437
CNPJ: 32.163.997/0001-97

Mantida
GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO – e-MEC 1759

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 1396, de 04/07/2001,
(publicada em Diário Oficial da União de 09/07/2001).

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 827, de 22/03/2002,
(publicada no DOU em 27/03/2002).

Portaria de Recredenciamento nº 65, de 18 de janeiro de 2017,
(publicada no DOU em 19/01/2017).

Credenciamento em Gran Centro Universitário – UniBagozzi,
Portaria nº 402, de 03 de junho de 2022,
(publicada no DOU de 06/06/2022, Seção 1, Edição 106, Página 141).

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO ESTRATÉGICA EM SAÚDE
Modalidade a Distância

1. Perfil Institucional

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – IES

Quadro 1 – Identificação da Instituição de Ensino Superior – IES

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA: GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA, CNPJ: 32.163.997/0001-97
Endereço: Luiz Parigot de Souza, nº 961 Bairro: Portão Cidade: Curitiba UF: PR
CEP: 81.070-050 Telefone: (41) 3521-2727

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

1.1.1. Base Legal da Mantenedora

O Gran Centro Universitário é uma Instituição de Educação Superior (IES), mantida pelo Gran Centro Universitário LTDA. Trata-se de uma sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos. O Contrato Social da Mantenedora é registrado na Junta Comercial do Paraná, por meio do Registro nº 20227646223, datado de 09/11/2022, com o código de verificação nº 12214549000 e NIRE de nº 41208940492.

1.1.2. Base Legal da IES

Quadro 2 – Identificação da Mantenedora

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	
Nome:	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA
CNPJ:	32.163.997/0001-97
Código e-MEC:	18437
Endereço:	Rua Luiz Parigot de Souza, 961, Portão, Curitiba, PR, CEP: 81.070-050
Data da Fundação:	03 de dezembro de 2018
Natureza Jurídica:	Sociedade Empresária LTDA – Com fins lucrativos

DIRIGENTE DA MANTENEDORA					
Dirigente:	Gabriel Granjeiro				
Cidade:	Brasília	UF:	DF	CEP:	81.070-00
Fone:	(41) 3229-1181				

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

Quadro 3 – Identificação da Instituição Mantida

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA	
Nome:	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO
e-MEC:	1759

DIRIGENTE DA INSTITUIÇÃO MANTIDA					
Reitor:	Gabriel Granjeiro				
Endereço:	Rua Caetano Marchesini, nº 952				
Cidade:	Curitiba - Paraná	UF:	PR	CEP:	81.070-050
Fone:	(41) 3521-2727		Fax:	(41)3521-2700	

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

1.2. PERFIL E MISSÃO DA IES

Missão: *Mudar vidas por meio da Educação e da Tecnologia.*

Visão: *Ser a plataforma tecnológica que mais impacta a educação brasileira.*

Valores:

- *Tudo se resume a pessoas servindo outras pessoas;*
- *Somos obcecados pelos nossos alunos;*
- *Inovação é obrigação;*
- *Integridade não tem preço;*
- *Aqui, estamos sempre no 1º dia.*

1.3. BREVE HISTÓRICO DA IES

1.3.1. O Gran Centro Universitário

O Gran, uma EdTech brasileira que tem como missão mudar a vida de seus alunos por meio da educação e da tecnologia. A companhia, que completou 10 anos em 2022, é jovem, mas já tem um histórico sólido e de destaque, inclusive internacional. Foi reconhecida como a 5ª empresa mais inovadora da América Latina pela FastCompany, possui tecnologia de ponta que tem democratizado o ensino em todo o país e alcançou números que denotam sua vasta expertise de oferecer educação e ferramentas de excelência, mudando a vida de dezenas de milhares de alunos na última década.

A paixão por mudar vidas é o eixo condutor para qualquer movimento feito pelo Gran e os meios dessa transformação são a educação e a tecnologia, com ferramentas de aprendizagem pensadas em levar o melhor conteúdo, aliado a instrumentos que potencializam o estudo e aceleram o aprendizado. Desta forma, as TICs (**Tecnologias de Informação e Comunicação**) são essencialmente valorizadas pelo Gran, pois geram o acesso ao conhecimento e multiplicam as possibilidades de interação, ensino e aprendizado à comunidade acadêmica que, munida dessas ferramentas, torna a aprendizagem ativa e passa a protagonizar o processo educativo.

1.4. VOCAÇÃO GLOBAL

Os princípios e as ações a serem delineadas são fundamentais para que o **Gran Centro Universitário** promova as alterações necessárias à implementação das mudanças na busca de uma Instituição que seja fruto, permanentemente, do engajamento de suas metas/objetivos propostos pela comunidade acadêmica **Gran**. Dentre os objetivos globais traçados, destacam-se:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar cidadãos e profissionais nas áreas de conhecimento em que atuar, aptos para a inserção nas respectivas carreiras e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para sua formação continuada;
- incentivar a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento pessoal, cultural e profissional e possibilitar sua correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo globalizado e, simultaneamente, prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais e desenvolver ações afirmativas para a promoção de igualdade de condições com vistas à inclusão social.

2. Coordenação do Curso

Fernanda Andrade Toneto Barboza

Enfermeira na Secretaria de Saúde do Distrito Federal – regime estatutário. Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia (2005.2) e Pós-graduada em Saúde Pública. Servidora pública (Analista Judiciário – Especialidade: Enfermagem – Tribunal Superior do Trabalho) desde 2014 – regime estatutário.

E-mail: nandatoneto@hotmail.com

Telefone: (61) 98183-6304

Fernanda Christina Silva Coelho Romariz

Enfermeira graduada pela UFG. Especialista em Enfermagem do Trabalho pela Anhanguera.

E-mail: coelho.cs.fernanda@gmail.com

Telefone: (61) 98149-4882

3. Dados do Curso

Nome do curso: GESTÃO ESTRATÉGICA EM SAÚDE

Modalidade: EAD

Carga horária: 446 h (disciplinas) + 40h (trabalho de conclusão de curso)

Periodicidade: oferta permanente

Período: 6 a 24 meses

4. Aspectos Gerais do Projeto Pedagógico

4.1. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

A gestão é um ramo das ciências humanas que surgiu quando as pessoas buscavam solucionar problemas, usando vários métodos, para administrar os negócios da época. A gestão de saúde, por sua vez, implica administrar empreendimentos de saúde, tanto na esfera pública como privada, avaliar as necessidades da instituição, criar e aplicar políticas públicas (JUNQUEIRA apud PAIVA et al, 2018)

Entre os desafios vivenciados pelos gestores em saúde, Paiva et al (2018), elencaram a deficiência de uma formação profissional adequada. As autoras citam o estudo de Lorenzetti et al (2014) e Huerta-riveros, Leyton e Saldia (2009) para informar que “mais de 70% das pessoas que ocupam posição de gestores não fizeram nenhum curso ou capacitação para exercer tal papel de comando”.

O aumento da relevância da gestão estratégica para otimizar os processos organizacionais – para que sejam cada vez mais capazes de concretizar os objetivos da instituição – soma-se à necessidade de melhor formar os gestores. Assim, demonstra-se clara a necessidade de bons cursos de gestão estratégica em saúde. Isto se reverterá em benefício para os discentes e, ainda mais, para a população.

O curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão em Saúde propõe um modelo pedagógico genuíno, baseado nas melhores ofertas do segmento acadêmico de pós-graduação e visa oferecer a expertise necessária para os processos que envolvem tomadas de decisões, tanto em órgãos públicos nas três esferas de governo, quanto em instituições privadas que atuam com ações e serviços de saúde.

O curso estrutura-se, ao longo do seu desenvolvimento, em disciplinas que levarão o aluno a compreender as diversas facetas no âmbito organizacional e que impactam diretamente no alcance de resultados: Governança, Gestão, Monitoramento, Avaliação e Auditoria nos diversos espaços de gestão da saúde; gestão financeira e orçamentária; gestão de compras e contratos; gestão pública; gestão de pessoas; gestão contábil; gestão por processos; gestão por projetos; gestão de recursos materiais, e gestão de qualidade.

4.2. OBJETIVOS DO CURSO

4.2.1. Objetivo Geral

Ao final do curso, o aluno estará capacitado para atuar na gestão em saúde, nos diversos espaços de ações e serviços, em todas as esferas de governo, como também na rede privada com ou sem fins lucrativos, contratadas em caráter complementar ou da rede suplementar.

4.2.2. Objetivo Geral

- a) Qualificar os profissionais da área a intervirem na gestão em saúde, tanto público quanto privado;
- b) Fornecer ao gestor público e privado, o desenvolvimento de visão estratégica e suas ferramentas;
- c) Otimizar, a partir de técnicas pautadas na eficiência, a gestão de atividades nos serviços de saúde.

Os alunos receberão um diferencial para concursos públicos e Residências Multiprofissionais, tanto como instrumento de preparação quanto de titulação, às vezes exigida e sempre computada. Além disso, os discentes perceberão subsídios suficientes para que sejam capazes de ministrar disciplinas em cursos de Graduação e preparatórios para Concursos e Residências

4.3. CONTRIBUIÇÕES PARA O EGRESSO

Ao final do curso, o egresso terá desenvolvido capacidades profissionais ligadas às seguintes áreas:

- Importância da gestão estratégica para as organizações;
- Desenvolvimento de uma visão sistêmica, a fim de aperfeiçoar a tomada de decisão nas organizações;
- Compreensão das diretrizes básicas acerca de Gestão de Contratos.
- Identificação e associação de habilidades e métodos para que se permita administrar os comportamentos internos e potencializar o capital humano nas organizações;
- Conhecimento acerca da reforma e modernização das ferramentas de Gestão.
- Compreensão acerca da contextualização das práticas de gestão existentes na gestão pública e privada;
- Decifrar o processo orçamentário e a captação de recursos e suas respectivas administrações financeiras;
- Compreender a gestão de recursos materiais;
- Conhecimento acerca da abordagem por processos nas organizações;
- Conhecimento da estrutura da administração pública brasileira e a sua relação interna e com a iniciativa privada.
- Conhecimento sobre a gestão por projetos e sua aplicação nas organizações.

4.4. PÚBLICO-ALVO

Bacharéis graduados em Saúde, Administração, Economia, Direito, Ciências Sociais, Psicologia, Ciências Contábeis, Ciência Política, Gestão, entre outros, que tenham interesse em desenvolver a capacidade de definir objetivos organizacionais e formular estratégias que proporcionam bons resultados e aumentam o valor das instituições públicas ou privadas.

Não será permitido o ingresso de acadêmicos, independentemente do período que estejam cursando. Na hipótese de o interessado ainda não possuir o diploma, deve apresentar a documentação comprobatória oficial de colação de grau.

4.5. FORMA DE INGRESSO

Matrículas vinculadas ao sistema Gran Cursos Online, atendendo ao pré-requisito legal.

5. Estrutura Curricular Do Curso

5.1. METODOLOGIA

Utilizar-se-á o método de exposição tradicional, por meio de aulas gravadas de disponibilizadas na Plataforma, bem como a aprendizagem focada no aluno, tornando-o ainda mais ativo, tendo o professor como facilitador.

Além disso, haverá aulas ao vivo, síncronas, e objetos de aprendizagem de modo a permitir maior interação entre o professor e os alunos, esclarecendo dúvidas e ampliando o diálogo.

5.2. MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	CH Horária
01	Gestão Estratégica nas Organizações	22h
02	Gestão Orçamentária e Financeira	45h
03	Licitações e Contratos Governamentais	30h
04	Gestão Pública	45h
05	Gestão Contábil	45h
06	Gestão de Pessoas e Processo de Trabalho em Saúde	27h
07	Gestão de Processos	36h
08	Gestão de Projetos	28h
09	Gestão de Recursos Materiais	30h
10	Gestão da Qualidade – Acreditação, Certificação e Segurança do Paciente	30h
11	Normas e Padronizações para Auditoria em Saúde	30h
12	Tópicos Jurídicos em Saúde	10h
13	Mecanismos de Regulação e Remuneração em Saúde	10h
14	Sistemas de Informação e Gestão Tecnológica em Saúde	3h
15	Marketing e Empreendedorismo na Saúde	10h
16	Gestão de Contratos e Compras Governamentais	45h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		446 h/a
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 h/a
TOTAL DO CURSO		486 h/a

5.3. COMPONENTES CURRICULARES

5.3. Componentes curriculares

Disciplina: GESTÃO ESTRATÉGICA NAS ORGANIZAÇÕES

Carga horária: 22 h/a

Objetivos: Compreender a importância de gerir uma organização de forma eficiente, eficaz e efetiva, a partir de uma visão sistêmica e integrada de todos os processos organizacionais, que envolvem a boa gestão de recursos humanos, financeiros e materiais.

Conteúdo programático: O curso conterà conhecimentos a respeito de modelos e técnicas de gestão aplicados às organizações públicas e privadas envolvendo:

- A gestão estratégica nas organizações públicas pelo viés da governança pública.
- Processo administrativo.
- Funções de administração: Planejamento, organização, direção e controle.
- Processo de planejamento.
- Planejamento estratégico.
- Visão, missão e análise SWOT, matriz GUT e ferramenta 5W2H.
- Análise competitiva e estratégias genéricas.
- Redes e alianças.
- Planejamento tático.
- Planejamento operacional.
- Administração por objetivos.
- Balanced scorecard: principais conceitos, aplicações, mapa estratégico, perspectivas, temas estratégicos, objetivos estratégicos, relações de causa e efeito, indicadores, metas, iniciativas estratégicas.
- Processo decisório.
- Gestão Estratégica e Participativa no SUS

Bibliografia básica:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de planejamento no SUS / Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. – 1. ed., rev. – Brasília : Ministério da Saúde, 2016
- CHIAVENATO, I. (2011). Introdução à teoria geral da administração (8º ed. ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- HAMEL, G., & Prahalad, C. (May-Jun de 1989). Strategic Intent. Harvard Business Review.
- HERRERO, E. (2005). Balanced scorecard e a gestão estratégica: uma abordagem prática. Rio de Janeiro: Elsevier.
- KAPLAN, R. S., & Norton, D. P. (Sep-Oct de 2000). Having trouble with your strategy? Than map it. Harvard Business Review.
- MATUS, C. (2006). O plano como aposta. Em J. Giacomoni, & J. Pagnussat, Planejamento e Orçamento Governamental - coletânea (pp. 115- 144). Brasília: Enap.
- MINTZBERG, H., Ahlstrand, B., & Lampel, J. (2005). Strategy Safari: a guided tour through the wilds of strategic management. New York: Free Press.
- OLIVEIRA, D. d. (2007). Planejamento Estratégico - conceitos, metodologias e práticas (24º ed.). São Paulo: Atlas.
- PORTER, M. E. (Mar-Apr de 1979). How Competitive Forces Shape Strategy. Harvard Business Review.
- PORTER, M. E. (1986). Estratégia Competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência (7º Ed. ed.). Rio de Janeiro: Campus.

PORTER, M. E. (Nov-Dec de 1996). What is Strategy? Harvard Business Review.
RENNÓ, R. (2013). Administração Geral para Concursos. Rio de Janeiro: Campus Elsevier.
SCHEMERHORN Jr., J. R. (2008). Management (9° ed.). Hoboken: Wiley & Sons.

Bibliografia complementar:

KAPLAN, R. S., & Norton, D. P. (1996). The balanced scorecard: translating strategy into action (1° ed.). Boston: Harvard Business School Press.
PALUDO, A. V. (2010). Administração pública: teoria e questões (1° ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.

Disciplina: GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Carga horária: 45 h/a

Objetivos: Qualificar profissionais para a gestão fiscal e tributária do Estado, através da compreensão dos processos e instrumentos de gestão orçamentária e financeira do Estado.

Conteúdo programático:

- Introdução à Administração Financeira e Orçamentária
- Orçamento Público
- Ciclo ou Processo Orçamentário
- Orçamento Público no Brasil: PPA, LDO e LOA
- Princípios Orçamentários
- Receita Pública
- Despesa Pública
- Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF)

Bibliografia básica:

Giacomoni, James. Orçamento Governamental: teoria, sistema, processo / James Giacomoni. São Paulo: Atlas, 2019.

Costa, Giovanni Pacelli Carvalho Lustosa da. Administração Financeira e Orçamentária 3D/ Giovanni Pacelli. Salvador: Juspodivm, 2020.

Costa, Giovanni Pacelli Carvalho Lustosa da. Contabilidade Pública 3D/ Giovanni Pacelli. Salvador: Juspodivm, 2021.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contêm as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____, Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Publicado no DOU de 23.03.1964. Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm

_____, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 1964. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Publicado no DOU de 05.05.2000. Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm

Disciplina: LICITAÇÕES E CONTRATOS GOVERNAMENTAIS

Carga horária: 30 h/a

Objetivos: Facilitar a compreensão das diretrizes básicas acerca dos Processos de Compras Governamentais, por meio dos procedimentos de licitação e contratos administrativos.

Conteúdo programático:

Parte I – Teoria geral do direito administrativo

I. Introdução ao direito administrativo.

II. Organização da administração pública.

III. Princípios da administração pública

IV. Poderes administrativos

Parte II – Regime de Compras e Contratação na Administração Pública

I. Nova Lei de licitação

a. Âmbito de aplicação

b. Princípios

c. Das definições legais

d. Dos agentes públicos

II. Do processo licitatório

III. Da fase preparatória

a. Da instrução do processo licitatório

b. Dos critérios de julgamento

c. Das modalidades de licitação

IV. Da divulgação do edital de licitação

V. Da apresentação de propostas e lances

VI. Do julgamento

VII. Da habilitação

VIII. Do encerramento da licitação

IX. Da contratação direta

X. Das alienações

XI. Dos instrumentos auxiliares

XII. Dos contratos administrativos

XIII. Da formalização dos contratos

XIV. Das garantias

XV. Da alocação de riscos

XVI. Das prerrogativas da administração

XVII. Da duração dos contratos

XVIII. Da execução dos contratos

XIX. Da alteração dos contratos e dos preços

XX. Das hipóteses de extinção dos contratos

XXI. Do recebimento do objeto do contrato

XXII. Dos pagamentos

XXIII. Da nulidade dos contratos

XXIV. Dos meios alternativos de resolução de controvérsias

XXV. Das irregularidades

XXVI. Das infrações e sanções administrativas

XXVII. Das impugnações, dos pedidos de esclarecimento e dos recursos

XXVIII. Do controle das contratações

XXIX. Do portal nacional de contratações públicas

Bibliografia básica:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo – 33ª edição. Forense: 2020

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo – 34ª Edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2020

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro – 30ª edição. Malheiros: 2005

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo – 34ª edição. Malheiros: 2019.

CARVALHO, Matheus. Manual de Direito Administrativo – 8ª edição. Juspodium: 2021

TORRES, Ronny Charles Lopes de. LEIS ESPECIAIS PARA CONCURSOS - V.11 - LICITAÇÕES PÚBLICAS – 9ª edição. Juspodium: 2018.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro

_____, Lei nº 14.133, de 1 abril de 2021. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que “Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nºs 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e o Decreto- Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002”.

_____, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Publicado no DOU de 22.06.1993. Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm

_____, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Publicado no DOU de 18.07.2002. Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm

Disciplina: GESTÃO PÚBLICA

Carga horária: 45 h/a

Objetivos: Compreender o funcionamento da Administração Pública e seus componentes, além de entender o processo de evolução, a partir dos modelos teóricos e disciplinas gerenciais aplicadas em busca de resultados para os cidadãos.

Conteúdo programático: Estudo da evolução da Administração Pública e a reforma do Estado: do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático. Comparação entre os modelos Teóricos de Administração Pública: Estado oligárquico e patrimonial, Estado autoritário e burocrático, Estado do bem-estar e Estado regulador. Interface entre a Gestão Pública e a Privada: convergências e diferenças. Busca de compreensão sobre o Controle e a Transparência da Administração Pública: Tipos de controle, controle social e cidadania, governo eletrônico. Definição de Governabilidade, Governança e Accountability. Estudo da Comunicação na gestão pública e da gestão de redes organizacionais. Reflexão sobre a Ética e moral no Exercício da função pública. Discussão sobre Políticas Públicas.

O curso está estruturado nos seguintes módulos:

- Estado, Governo e Administração Pública;
- Evolução dos Modelos/Paradigmas de Gestão;
- Reformas administrativas, Histórico e Evolução da Administração Pública;
- Convergências e Diferenças entre Gestão Pública e a Privada;
- Governança, Governabilidade e Accountability;
- Gestão de Pessoas por competências na Administração Pública;
- Qualidade na Administração Pública;
- Gestão de Processos;
- Liderança no Setor Público;
- Empreendedorismo na Gestão Pública;
- Ética no Setor Público;
- Gestão de Conflitos;
- Governo Eletrônico;

- Gestão por Resultados nos Serviços Públicos;
- Transparência;
- Controle da Administração Pública;
- Organização da Administração Pública;
- Planejamento;
- Estratégia;
- Gestão de Políticas Públicas.

Bibliografia básica:

PALUDO, Augustinho. Administração Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PROCOPIUCK, Mario. Políticas públicas e fundamentos da Administração Pública: análise e avaliação, governança e rede de políticas, administração judiciária. São Paulo: Atlas, 2013.

RENNÓ, Rodrigo. Administração Geral para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: Saravia, E.; Ferrarezi, E. Políticas públicas: coletânea (Vol. V.1, pp. 21-42). Brasília: ENAP, 2006.

Bibliografia complementar:

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (F.H. Cardoso). Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

COSTA, Frederico Lustosa da. “Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de Administração Pública; 200 anos de Reformas”. In: Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, set-out. 2008

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, nº 21, 2000

MATIAS-PEREIRA, José. Governança no setor público. São Paulo: Atlas, 2010b.

Disciplina: GESTÃO CONTÁBIL

Carga horária: 45 h/a

Objetivos: Qualificar profissionais para a gestão fiscal e tributária do Estado, por meio da capacitação para compreensão dos relatórios contábeis do setor privado.

Conteúdo programático:

- Conceitos, objetivos e finalidades da Contabilidade
- Origens e aplicações de recursos, equação fundamental do patrimônio e estados patrimoniais
- Fatos contábeis: conceito e espécies
- Escrituração: método das partidas dobradas, livros contábeis e suas formalidades
- Contabilização das principais operações contábeis
- Registro de operações com mercadorias e de folha de pagamento
- Demonstrações contábeis: balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado.
- Estrutura conceitual para elaboração de relatório contábil-financeiro

Bibliografia básica:

IUDÍCIBUS, Sérgio de e outros. Manual de Contabilidade Societária. São Paulo: Atlas, 2018

FERREIRA, Ricardo J. Contabilidade Básica. Rio de Janeiro: Ferreira, 2017

Bibliografia complementar:

Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (www.cpc.org.br)

Lei 6.404/76

Resolução CFC nº 1.330/2011 (ITG 2.000)

Disciplina: GESTÃO DE PESSOAS E PROCESSO DE TRABALHO EM SAÚDE

Carga horária: 27 h/a

Objetivos: Repassar o conhecimento necessário sobre gestão de pessoas e sua aplicação no setor de saúde, destacando sua importância e principais desafios.

Conteúdo programático: Ementa Gestão de pessoas. Sistema de gestão de pessoas, características, desafios, objetivos, funções e políticas. Neste módulo serão tratados os conceitos mais amplos acerca da área de conhecimento, evidenciando as principais discussões estruturais acerca das políticas e funções, de modo indistinto para a gestão pública e privada. Evolução da gestão de pessoas e sua aplicação no setor público. Compreendidos os principais conceitos em Gestão de Pessoas, neste módulo se trilhará a corrente de pensamento que, desde a origem, transformou a Gestão de Pessoas no que é hoje, evidenciando sua aplicação no setor público. Gestão de pessoas no Setor Público: Normatização e marcos regulatórios. Situada no contexto da gestão pública, a Gestão de Pessoas requer uma série de leis, normativos e orientações que a diferem do setor privado, posto que pelo princípio da legalidade, às instituições públicas cabe somente fazer o que está prescrito em lei, o que será abordado neste módulo. Tendências em Gestão de Pessoas, Gestão Estratégica de Pessoas. Este módulo procura evidenciar o futuro da Gestão de Pessoas e sua aplicação no setor público, ressaltando seu caráter estratégico e integrador por meio do conceito de competências, redimensionamento da força de trabalho e noção de espaço ocupacional. Escalas/dimensionamento e Educação Permanente.

Bibliografia básica:

CHIAVENATO, Idalberto. Administração de Recursos Humanos: Fundamentos Básicos. 8ª edição. Barueri, Manole: 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4ª edição. Barueri, Manole: 2014.

DUTRA, Joel Souza. Gestão de Pessoas: Modelo, Processos, Tendências e Perspectivas. 2ª edição. São Paulo, Atlas: 2016.

VILAS BOAS, Ana Alice. ANDRADE, Rui Otávio Bernardes. Gestão estratégica de pessoas. Rio de Janeiro, Elsevier: 2009.

Bibliografia complementar:

PORTO, Valéria. FONSECA, Diogo R. CAMÕES, Marizaura R. S. Estudos em Gestão de Pessoas no Serviço Público. ENAP. Brasília, 2014.

Disciplina: GESTÃO DE PROCESSOS

Carga horária: 36 h/a

Objetivos: O curso visa capacitar técnicos e gestores, em todos os níveis, para compreender e utilizar efetivamente os métodos, técnicas e ferramentas associadas à disciplina de Gestão de Processos de Negócios - BPM (Business Process Management), de modo a assegurar o melhor alinhamento possível entre a estratégia, a ação e o resultado obtido.

Conteúdo programático:

- Introdução à gestão de processos;
- Processos de negócio.
- Ferramentas e técnicas aplicáveis.
- Modelagem de processos
- Análise e desenho de processos.
- Noções de estatística aplicada ao controle e à melhoria de processos.

- Transformação de processos.
- Consultoria em processos.

Bibliografia básica:

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo: Atlas, 2005.

ABPMP BPM CBOK Versão 4.0, 2019.

BALDAM, Roquemar de Lima, VALLE, Rogerio, ROZENFELD, Henrique. Gerenciamento de processos de negócios - BPM, uma referência para implantação prática. Rio de Janeiro, 2014.

Disciplina: GESTÃO DE PROJETOS

Carga horária: 28 h/a

Objetivos: O curso visa capacitar técnicos e gestores, em todos os níveis, para compreender e utilizar efetivamente os métodos, técnicas e ferramentas associadas às disciplinas de Gestão de Projetos, de modo a assegurar o melhor alinhamento possível entre a estratégia, a ação e o resultado obtido.

Conteúdo programático:

- Introdução à gestão de projetos;
- Projetos vinculados ao planejamento estratégico;
- Ciclo de vida de projetos;
- Gerências aplicáveis à gestão de projetos;
- Monitoramento dos projetos;
- Planejamento em saúde

Bibliografia básica:

CHIAVENATO, Idalberto, SAPIRO, Arão. Planejamento estratégico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 2014.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo: Atlas, 2005.

PMI Project Management Institute. Um Guia em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK). Sexta edição, 2017.

HELDMAN, Kim. Gerência de Projetos. Rio de Janeiro, 2009.

HARTZ, Zulmira Maria de Araújo. A avaliação na área da saúde: dos modelos conceituais à prática da implantação de programas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997, 131p.

HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; SILVA, Ligia Maria Vieira da. Avaliação em Saúde: dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde. 2ª edição. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005, 275p.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa et al. Tratado de saúde coletiva. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

Disciplina: GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS

Carga horária: 30 h/a

Objetivos: O curso visa capacitar técnicos e gestores, em todos os níveis, para uma adequada gestão de recursos materiais nas organizações públicas e privadas. Permitir uma visão otimizada e efetiva acerca da logística e da administração de recursos materiais.

Conteúdo programático:

- Introdução e Classificação de Materiais
- Classificação de Materiais

- Classificação de Materiais – Classificação ABC/Curva ABC
- Just-in-time e Just-in-Case
- Gestão de Estoques
- Gestão de Compras
- Gestão dos Centros de Distribuição
- Gestão Patrimonial
- Gestão de materiais aplicada à saúde – materiais e medicamentos

Bibliografia básica:

POZO, Hamilton. Administração de Recursos Materiais e Patrimonial. São Paulo: Atlas, 2016.

Bibliografia complementar:

FRANCISCHINI, Paulino. Administração de Materiais e do Patrimônio. São Paulo: Thomson Pioneira, 2004.

Disciplina: GESTÃO DA QUALIDADE – ACREDITAÇÃO, CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA DO PACIENTE

Carga horária: 30 h/a

Objetivos: Ao final do curso, o discente será capaz de discorrer sobre os tipos de auditoria e suas técnicas; compreenderá as particularidades da auditoria no SUS e no sistema de saúde suplementar. Além disso, será capaz de dissertar sobre custos hospitalares e sobre o processo de auditagem nos diferentes serviços de saúde.

Conteúdo programático:

- Qualidade do cuidado em saúde e resgate histórico;
- Epidemiologia dos Eventos Adversos;
- Taxonomia em segurança do paciente: tipos de incidentes, consequências para o paciente, características do paciente, características do incidente, fatores contribuintes, consequências organizacionais, detecção, fatores atenuantes do dano, ações de melhoria;
- Investigação dos Eventos Adversos: processo de investigação, fluxo da notificação, medidas de controle e prevenção;
- Gestão de risco;
- Monitoramento da qualidade e segurança – Indicadores importantes;
- Cultura de segurança;
- Programa Nacional de Segurança do Paciente;
- Práticas de Segurança relacionadas a: erro diagnóstico, identificação do paciente, infecção relacionada à assistência à saúde; prevenção de infecções associadas a cateter venoso, prevenção de pneumonia associada à ventilação mecânica, prevenção de quedas, prevenção de lesão por pressão, prevenção de tromboembolismo venoso, segurança transfusional, uso seguro de medicamentos, cirurgia segura, higienização das mãos;
- Acreditação e Certificação.

Bibliografia básica:

Brasil. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente / Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 40 p. : il. Disponível em: < https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf>.

Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Investigação de eventos adversos em serviços de saúde. Série segurança do paciente e qualidade em serviços de saúde. Brasília: Anvisa, 2013. 70 p. :

il. Disponível em: < https://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/5%20Investiga%C3%A7%C3%A3o_de_Eventos%20em%20Servi%C3%A7os%20de%20Sa%C3%BAde.pdf>.

Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Gestão de Riscos e Investigação de Eventos Adversos Relacionados à Assistência à Saúde. Série segurança do paciente e qualidade em serviços de saúde. Brasília: Anvisa, 2017. 92 p. : il. Disponível em: < <https://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=ODk0OQ%2C%2C%20>>.

Kohn, Linda T. Corrigan, Janet M. Donaldson, Molla S. To err is human: building a safer health system.

Bibliografia complementar:

Portela, Margareth (Coord). Erros de medicação - Série técnica sobre atenção primária mais segura. Proqualis, ICICT/Fiocruz, 2018. Disponível em: < <https://proqualis.net/relatorio/erros-de-medica%C3%A7%C3%A3o-s%C3%A9rie-t%C3%A9cnica-sobre-aten%C3%A7%C3%A3o-prim%C3%A1ria-mais-segura>>.

Portela, Margareth (Coord). Modelo de informações mínimas para a notificação de incidentes e sistemas de aprendizagem para a segurança do paciente. Proqualis, ICICT/Fiocruz, 2018. Disponível em: < <https://proqualis.net/relatorio/modelo-de-informa%C3%A7%C3%B5es-m%C3%ADnimas-para-notifica%C3%A7%C3%A3o-de-incidentes-e-sistemas-de-aprendizagem>>.

Sousa, Paulo (Org.) Segurança do paciente: conhecendo os riscos nas organizações de saúde. Rio de Janeiro, EaD/ENSP, 2014. 452 p. : il.

Øvretveit, John. Melhoria de qualidade que agrega valor: o cuidado de saúde/ John Øvretveit . – Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/melhorias%20que%20agregam%20valor.pdf>>.

Disciplina: NORMAS E PADRONIZAÇÕES PARA AUDITORIA EM SAÚDE

Carga horária: 30 h/a

Objetivos: Ao final do curso, o discente será capaz de discorrer sobre os tipos de auditoria e suas técnicas; compreenderá as particularidades da auditoria no SUS e no sistema de saúde suplementar. Além disso, será capaz de dissertar sobre custos hospitalares e sobre o processo de auditoria nos diferentes serviços de saúde.

Conteúdo programático:

- Conceitos da Auditoria em Saúde, Legislações e Órgãos Regulatórios na Saúde Privada e Pública
- Fundamentos da auditoria em gestão pública e privada.
- Auditoria baseada em evidências.
- Gestão de documentos em auditoria.
- Legislação aplicada à auditoria.
- A prática em auditoria privada.
- Métodos e técnicas em auditoria em saúde.
- Políticas de saúde, influências e interferências na Auditoria.
- A Auditoria e a situação do mercado de trabalho na saúde.
- Ética, Bioética e atribuições do Auditor Hospitalar.
- Prontuário do Paciente.
- Auditoria Hospitalar: instrumento para avaliação da qualidade da assistência ao paciente.
- Interfaces, fluxo e ferramentas de trabalho para atuação do auditor hospitalar: indicadores da saúde, protocolos, relatórios gerenciais, tratativa de glosas.
- Papel educativo da auditoria hospitalar.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Sistema Nacional de Auditoria. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Auditoria do SUS: Orientações Básicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

_____. Ministério da Saúde. Auditoria no SUS no contexto do Sistema Nacional de Auditoria. Qualificação do relatório de auditoria. Brasília, 2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Princípios, diretrizes e regras da auditoria do SUS no âmbito do Ministério da Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento Nacional de Auditoria do SUS. – Brasília : Ministério da Saúde, 2017.

JUNQUEIRA, W. N. Auditoria médica em perspectiva: presente e futuro de uma nova especialidade. Criciúma: Edição do Autor, 2001.

PRISZKULNIK, G. Auditoria no sistema público de saúde no Brasil. In: GONÇALVES, V. F. (Coord.). Fronteiras da auditoria em saúde. São Paulo: RTM, 2008.

SÁ, A.L. Curso de auditoria. 10ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Caleman G, Moreira ML, Sanchez MC. Auditoria, Controle e Programação de Serviços de Saúde. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_cidadania_volume05.pdf.

Coutinho BM. Auditoria do Sistema Único de Saúde: um estudo de caso do Componente Estadual de Auditoria de Pernambuco (CEA/SUS/PE. 2014. Disponível em:

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e gestão Participativa. Sistema Nacional de auditoria. Sistema Nacional de auditoria no SUS. Auditoria do SUS: orientações básicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. http://sna.saude.gov.br/download/LivroAuditoriaSUS_14x21cm.pdf 4.

Brasil. Tribunal de Contas da União. Referencial para avaliação de governança em políticas públicas. Tribunal de Contas da União. Brasília, 2014. <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/referencial-para-avaliacao-degovernanca-em-politicas-publicas.htm>

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Orientação para implantação de um componente do Sistema Nacional de Auditoria – SNA do Sistema Único de Saúde – SUS/Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Brasília: Ministério da Saúde; 2014

PAIM, C. R. P.; ZUCCHI, P. Auditoria de avaliação dos serviços de saúde no processo de credenciamento. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 16, supl. 1, p. 1163-1171, 2011 . Acesso em: 08 de março de 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000700048>

FONSECA, A.S. et al. Auditoria e o uso de indicadores assistenciais: uma relação mais que necessária para a gestão assistencial na atividade hospitalar. O Mundo da Saúde, São Paulo, v.29, n.2, 2005. Disponível em http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/29/05_Auditoria_indicadores.pdf. Acesso em 08 de março de 2022.

Disciplina: TÓPICOS JURÍDICOS EM SAÚDE

Carga horária: 10 h/a

Ementa: Direitos fundamentais à saúde e à vida. Saúde suplementar. Responsabilidade civil e penal na saúde. Judicialização da Saúde.

Objetivos: Ao final da disciplina, o aluno compreenderá os principais tópicos jurídicos que impactam a gestão em saúde.

Conteúdo programático:

- Direito à saúde e seus significados: fundamentalidade, titularidade, reserva do possível, mínimo existencial;

- Decisões alocativas em saúde: gestão em saúde baseada em evidências, critérios de incorporação, substituição e exclusão de tecnologias em saúde;
- Judicialização da Saúde: conceito, resgate histórico, magnitude, características processuais (objeto da ação judicial, tutelas e liminares, entes demandados, tendência decisória), jurisprudência do Supremo Tribunal Federal;
- Saúde suplementar e suas peculiaridades.

Bibliografia básica:

Anjos, Elisângela CS, Ribeiro, DC, Moraes, L.V. Judicialização da saúde: uma revisão sistemática de literatura das iniciativas de diálogo institucional intersetorial. Cad. Ibero Am. Direito Sanit. [Internet], mar/2021. Disponível em: <<https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/640/794>>.

Anjos, Elisângela CS. Judicialização da saúde no Brasil: uma revisão sistemática da literatura sobre o acesso a ações e serviços de saúde. 95 f. : il. color. ; graf. ; tab. 2019. Dissertação de mestrado. Fiocruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/40222/2/ve_Elisangela_Cesar_dos_santos_ENSP_2019>.

CONASEMS. Manual do (a) gestor (a) Municipal do SUS - diálogos no cotidiano.

2ª ed. digital revisada e ampliada, Brasília, 2021, Editora Ministério da Saúde. 440 p. Disponível em: <<https://www.conasems.org.br/manual-do-gestor-municipal-do-sus-confira-a-edicao-de-2021/>>.

CONASEMS. Alocação de recursos e o direito à saúde. In: Judicialização da saúde nos municípios: como responder e prevenir. 1ª ed., vol. I, Brasília, Julho/2021, Ed. Ministério da Saúde. 25p. Disponível em: <https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Cartilha_1_PROVA-3-1-1.pdf>.

CONASEMS. Direito à saúde, judicialização e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. In: Judicialização da saúde nos municípios: como responder e prevenir. 1ª ed., vol. II, Brasília, Julho/2021, Ed. Ministério da Saúde. 25p. Disponível em: <https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Cartilha_2_PROVA-3-1.pdf>.

CONASEMS. Judicialização da saúde: como responder. In: Judicialização da saúde nos municípios: como responder e prevenir. 1ª ed., vol. III, Brasília, Julho/2021, Ed. Ministério da Saúde. 29p. Disponível em: <https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Cartilha_3_PROVA-3-2.pdf>.

INSPER. Relatório analítico propositivo – Judicialização da saúde no Brasil: perfil das demandas , causas e propostas de solução. CNJ Brasília.

VIEIRA, Fabíola Sulpino. Texto para discussão: Direito à saúde no Brasil: seus contornos, judicialização e a necessidade da macrojustiça. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2020 - ISSN 1415-4765. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9714/1/TD_2547.pdf>.MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo: RT, 2003.

Bibliografia complementar:

Freitas, Beatriz Cristina de, Fonseca, Emílio Prado da e Queluz, Dagmar de Paula A Judicialização da saúde nos sistemas público e privado de saúde: uma revisão sistemática. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2020, v. 24 [Acessado 6 Março 2022] , e190345. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/Interface.190345>>. Epub 10 Fev 2020. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/Interface.190345>.

TRAVASSOS, Denise Vieira et al. Judicialização da Saúde: um estudo de caso de três tribunais brasileiros. Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, p. 3419-3429, 2013.

CAMPOS NETO, Orozimbo Henriques et al. Médicos, advogados e indústria farmacêutica na judicialização da saúde em Minas Gerais, Brasil. Revista de saúde pública, v. 46, n. 5, p. 784-790, 2012.

SANTOS, Isabela Soares; VIEIRA, Fabíola Sulpino. Direito à saúde e austeridade fiscal: o caso brasileiro em perspectiva internacional. Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, p. 2303-2314, 2018.

PEDRON, Flávio Quinaud; NETO, João Carneiro Duarte. Transformações do entendimento do STF sobre o direito à saúde. Revista de informação legislativa, v. 55, n. 218, p. 99-112, 2018.

Disciplina: MECANISMOS DE REGULAÇÃO E REMUNERAÇÃO EM SAÚDE**Carga horária:** 10 h/a**Objetivos:** Ao final da disciplina o discente será capaz de discutir e entender os conceitos e ferramentas de Regulação e Remuneração em Saúde pública e privada no Brasil.**Conteúdo programático:**

- Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS;
- Mecanismos de regulação nos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde.
- Mecanismos Financeiros de Regulação, como fatores moderadores de utilização dos serviços de assistência médica, hospitalar ou odontológica no setor de saúde suplementar;
- A contratualização dos serviços;
- O sistema de acesso regulado à atenção;
- Regulação de Sistemas de Saúde;
- Regulação da Atenção à Saúde;
- Regulação do Acesso à Assistência (regulação do acesso ou regulação assistencial);
- Modelos de remuneração em Saúde

Bibliografia básica:

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Regulação em saúde / conselho nacional de secretários de saúde. – BRASÍLIA: CONASS, 2011. 126p. (coleção para entender a gestão do SUS 2011, 10);

BRASIL. Resolução Normativa - RN nº 433, de 27 de junho de 2018;

BRASIL. Portaria GM/MS nº 1.559, de 1º de agosto de 2008, instituiu a política nacional de regulação do sistema único de saúde

VILARINS, G.C.M.; SHIMIZUI, H.E.; GUTIERREZ, M.M.U. • A regulação em saúde: aspectos conceituais e operacionais Saúde em Debate • Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p. 640-647, out./dez. 2012

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE - Agência Nacional de Saúde Suplementar - GUIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE MODELOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM VALOR - Rio de Janeiro | 2019

Bibliografia complementar:

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE COMPLEMENTAR – ANS. Resolução Normativa – RN nº 195, de 14 de julho de 2009. Dispõe sobre a classificação e características dos planos privados de assistência à saúde, regulamenta a sua contratação, institui a orientação para contratação de planos privados de assistência à saúde. Disponível em: Acesso em: 02 mar. 2015.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE COMPLEMENTAR – ANS. Resolução Normativa – RN n.º 358, de 27 de novembro de 2014. Dispõe sobre os procedimentos administrativos físico e híbrido de ressarcimento ao SUS, previsto no art. 32 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e estabelece normas sobre o repasse dos valores recolhidos a título de ressarcimento ao SUS. Disponível em: Acesso em: 02 mar. 2015.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS. Modelos de Remuneração: Um Panorama, GT de Modelos de Remuneração, 2015. Disponível em: http://www.ans.gov.br/images/stories/Participacao_da_sociedade/2016_gt_remuneracao/apresentacao_preliminar_modelos_de_remuneracao_prestadores_saude_panorama.pdf

ANDREAZZI, M. Formas de remuneração de serviços de saúde. Texto para discussão n. 1.006. Brasília: Ipea, 2003

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Agências reguladoras e a evolução do direito administrativo econômico. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BICHUETTI, J. L.; MERE JR., Y. A. Modelos de Remuneração na Saúde. Harvard Business Review Brasil, ago. 2016. Disponível em: https://bc.pressmatrix.com/pt-BR/profiles/3c24c670a5ee/editions/28565a058513d802c50f/preview_pages

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: . Acesso em: 17 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.656, de 04 de junho de 1998. Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência a saúde. Disponível em: . Acesso em: 16 jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000. Cria a Agência de Saúde suplementar – ANS. Disponível em: . Acesso em: 16 jun. 2015.

CHRISTENSEN, C. M. et al. – Inovação na gestão da saúde: a receita para reduzir custos e aumentar qualidade. Porto Alegre, Bookman, 2009

COSTA, Nilson do Rosário. O regime regulatório e o mercado de planos de saúde no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.13, n.5, p.1453-1462, set./out. 2008.

MONTONE, JANUARIO Evolução e Desafios da Regulação do Setor de Saúde Suplementar / Januario Montone, Agência Nacional de Saúde Suplementar (Brasil). - Rio de Janeiro: ANS, 2003. 72 p.: tabs. - (Série ANS, 4)

Disciplina: SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E GESTÃO TECNOLÓGICA EM SAÚDE

Carga horária: 3 h/a

Objetivos: Ao final do curso, o discente será capaz de discorrer sobre os fundamentos dos sistemas de informação aplicados à saúde e apresentar as principais tecnologias e tendências de sistemas de informação em saúde.

Conteúdo programático:

- Sistemas de Informação;
- Comunicação de Dados em Sistemas de Informação;
- Documentos Eletrônicos.
- Linguagens de Descrição de Dados.
- Tecnologias e Tendências em Sistemas de Informação em Saúde.
- Registro eletrônico de Saúde.
- Tendências emergentes dos diversos sistemas de informação, tecnologias e aplicações utilizadas no contexto da saúde;
- Fatores que influenciam a adoção e o uso de vários sistemas e tecnologias de informação clínica e de saúde.
- Principais tecnologias de informação e sistemas de informação em saúde pública, tais como registros de saúde eletrônicos integrados, compartilhamento de informações de saúde.
- Registros pessoais de saúde, sistemas de apoio a decisão e de tecnologias móveis em saúde.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Coordenação Geral de Desenvolvimento, Normatização e Cooperação Técnica. Auditoria no SUS. Noções Básicas sobre Sistemas de Informação. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília, DF: 2004. Acesso em Março de 2014.

CARVALHO AO. Sistemas de Informação em Saúde. IN: CARVALHO AO, EDUARDO MBP. . Sistemas de Informação em Saúde para Municípios, volume 6 / André de Oliveira Carvalho, Maria Bernadete de Paula Eduardo. São Paulo : Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. (Série Saúde & Cidadania. P.17- 56).

CHIAVEGATTO FILHO ADP. Uso de big data em saúde no Brasil: perspectivas para um futuro próximo. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília , v. 24, n. 2, p. 325-332, June 2015

FERREIRA DP, LOPES, PRL. Padrões de Normatização em Informática em Saúde. Especialização em Informática em Saúde, Cuiabá.

Bibliografia complementar:

MASSAD E, MARIN HF, NETO RSA. O prontuário eletrônico do paciente na assistência, informação e

conhecimento médico / Editores ; colaboradores Antonio Carlos Onofre Lira . São Paulo : H. de F. Marin, 2003. 213p Acesso em Março de 2014.

OLIVEIRA DK, ALVES, DR. Business Intelligence aplicado a área da saúde: potencializando a tomada de decisão. In: Computer on the beach 2012, Florianópolis - SC. Computer on the beach 2012, 2012. v. 2.

PEDRO FILHO GS. Barreiras na implantação de sistemas de informação. Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais, v. 4, n.2, p.15-26, 2007.

PEREZ G, ZWICKER R. Fatores determinantes da adoção de sistemas de informação na área de saúde: um estudo sobre o prontuário médico eletrônico. RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online), São Paulo, v.11, n.1, p.174-200, Feb. 2010.

PINOCHET LHC, LOPES AS, SILVA JS. Inovações e tendências aplicadas nas tecnologias de informação e comunicação na gestão da saúde. Revista de Gestão em Sistemas de Saúde, v. 3, n. 2, p. 11-29, 2014.

PRADO EP, CASTRO RPS, ALBUQUERQUE JP. Barreiras na implantação de sistemas de informação de uma instituição de saúde: A importância dos fatores humanos e de gerenciamento. Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2010.

SANTOS, RF. Estruturação de um ambiente de Business Intelligence (BI) para gestão da informação em saúde: a experiência da secretaria municipal de saúde de Belo Horizonte. J. Health Inform. 2011 Outubro-Dezembro; 3(4):158-63.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria No2.073, de 31 de agosto de 2011. Regulamenta o uso de padrões de interoperabilidade e informação em saúde para sistemas de informação em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, nos níveis Municipal, Distrital, Estadual e Federal, e para os sistemas privados e do setor de saúde suplementar. [Internet]. 2011 [citado 2016 Aug 10].

ABNT. Código de prática para a gestão da segurança da informação: ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005. 2a. ed. Rio de Janeiro, 2005.

Disciplina: MARKETING E EMPREENDEDORISMO NA SAÚDE

Carga horária: 10 h/a

Ementa: Conceituar os aspectos gerais de marketing:

- Conceito e escopo de marketing estratégico.
- Marketing tático: concepção, implementação e gestão do composto de marketing; entrega de valor e fidelização de clientes.
- Marketing administrativo.

Utilização do marketing para o sucesso profissional e pessoal, dentro de um contexto de competição e globalização. Apresentar o empreendedorismo como um conjunto de ações destinadas a entender e promover as atividades dos empreendedores. Disseminar a cultura de espírito empreendedor entre os jovens; Construção, sobrevivência e renovação das empresas.

Conteúdo programático:

- Conceitos de marketing: histórico e evolução
- Conceitos importantes (mercados, produto, qualidade, satisfação, etc)
- Composto de marketing
- Conceitos de micro e macroambiente
- Características centrais de serviços
- Mix de marketing de serviços
- Estratégias de marketing de serviços
- O marketing de serviços e as organizações de saúde
- Modelos de comportamento do consumidor

- Conceitos de Empreendimento e Empreendedorismo.
- As Bases do Empreendedorismo.
- O Conhecimento para Empreender

Bibliografia básica:

BAKER, M. Administração de Marketing. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

KOTLER, P. Administração de Marketing. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LOVELOCK, C.; WRIGHT, L. Serviços, marketing e gestão. São Paulo: Saraiva, 2004.

FARAH, E.E. Administração e marketing no consultório. Comunicando bem a gente se entende. J. ABO Profissão 4-B 2002

RIBEIRO, A.I. Marketing odontológico: a arte de encantar clientes. Curitiba: Odontex Maio, 2001, 180p. Administração e Marketing em Odontologia, Ed. Odontex

TECNODENT e MP MARKETING para médicos e dentistas - <http://www.tecnodent.com.br>

BERNARDI, Luiz Antonio. Manual do empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2003. 314p.

DOLABELA, Fernando. O Segredo de Luisa. São Paulo: Cultura, 1999.

THOMPSON JÚNIOR, A.A.; STRICKLAND III, A. J. Planejamento estratégico: elaboração, implementação e execução. São Paulo: Pioneira, 2000. 431 p.

Bibliografia complementar:

KOTLER, P.; BLOOM, P. N. Marketing para serviços profissionais. São Paulo: Atlas, 1998.

SHIMP, T. A. A propaganda e a promoção: aspectos complementares da comunicação integrada de marketing. 5ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. SROUR, R. H. Ética empresarial: Posturas Responsáveis nos Negócios, na Política e nas Relações Sociais – Ed. Campus, São Paulo, 2003.

CANNIE, Joan Koob; CAPLIN, Donald. Mantendo clientes fiéis e para sempre. Tradução: Gladys Pinheiro Weizel. São Paulo: Makron Books, 1994. 330p.

DOLABELA, Fernando. Oficina do Empreendedor. São Paulo: Cultura, 1999. 275p.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 299 p.

Disciplina: GESTÃO DE CONTRATOS E COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Carga horária: 45 h/a

Objetivos: Ao final do curso, o discente terá compreensão das diretrizes básicas acerca dos Processos de Compras Governamentais, por meio dos procedimentos de licitação e contratos administrativos.

Conteúdo programático:

Parte I – Teoria geral do direito administrativo

- I. Introdução ao direito administrativo.
- II. Organização da administração pública.
- III. Princípios da administração pública
- IV. Poderes administrativos

Parte II – Regime de Compras e Contratação na Administração Pública

- I. Nova Lei de licitação
 - a. Âmbito de aplicação
 - b. Princípios
 - c. Das definições legais
 - d. Dos agentes públicos
- II. Do processo licitatório
- III. Da fase preparatória
 - a. Da instrução do processo licitatório

- b. Dos critérios de julgamento
- c. Das modalidades de licitação
- IV. Da divulgação do edital de licitação
- V. Da apresentação de propostas e lances
- VI. Do julgamento
- VII. Da habilitação
- VIII. Do encerramento da licitação
- IX. Da contratação direta
- X. Das alienações
- XI. Dos instrumentos auxiliares
- XII. Dos contratos administrativos
- XIII. Da formalização dos contratos
- XIV. Das garantias
- XV. Da alocação de riscos
- XVI. Das prerrogativas da administração
- XVII. Da duração dos contratos
- XVIII. Da execução dos contratos
- XIX. Da alteração dos contratos e dos preços
- XX. Das hipóteses de extinção dos contratos
- XXI. Do recebimento do objeto do contrato
- XXII. Dos pagamentos
- XXIII. Da nulidade dos contratos
- XXIV. Dos meios alternativos de resolução de controvérsias
- XXV. Das irregularidades
- XXVI. Das infrações e sanções administrativas
- XXVII. Das impugnações, dos pedidos de esclarecimento e dos recursos
- XXVIII. Do controle das contratações
- XXIX. Do portal nacional de contratações públicas

Bibliografia básica:

- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo – 33ª edição. Forense: 2020
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo – 34ª Edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2020
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro – 30ª edição. Malheiros: 2005
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo – 34ª edição. Malheiros: 2019.
- CARVALHO, Matheus. Manual de Direito Administrativo – 8ª edição. Juspodium: 2021
- TORRES, Ronny Charles Lopes de. LEIS ESPECIAIS PARA CONCURSOS - V.11 - LICITAÇÕES PÚBLICAS – 9ª edição. Juspodium: 2018.

Bibliografia complementar:

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro
- _____, Lei nº 14.133, de abril de 2021. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que “Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nºs 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e o Decreto- Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002”.
- _____, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal,

institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Publicado no DOU de 22.06.1993. Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm _____, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Publicado no DOU de 18.07.2002. Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm

5.4. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação do desempenho escolar será feita por disciplina, por meio de provas no sistema Gran Cursos, e terá por base o sistema de notas em valores numéricos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) ponto, considerando-se aprovado(a) aquele que alcançar a nota mínima de 70(setenta) pontos.

5.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Será opcional.

5.6. ATIVIDADE DE EAD

Aulas expositivas, mesclando a teoria com casos práticos apresentados pelos docentes por meio de suas experiências profissionais e acadêmicas.

5.7. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE UNIDADES CURRICULARES CURSADAS ANTERIORMENTE

O aproveitamento de estudos dar-se-á por equivalência ou isenção de disciplinas, caso o(a) aluno(a) já tenha cursado disciplina com carga horária e conteúdo programático compatíveis ou idênticos entre si. O pedido de aproveitamento de disciplinas será analisado pela coordenação do curso.

6. Coordenação do Curso

6.1. COORDENADOR DO CURSO

Fernanda Andrade Toneto Barboza

Enfermeira na Secretaria de Saúde do Distrito Federal – regime estatutário. Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia (2005.2) e Pós-graduada em Saúde Pública. Servidora pública (Analista Judiciário – Especialidade: Enfermagem – Tribunal Superior do Trabalho) desde 2014 – regime estatutário.

E-mail: nandatoneto@hotmail.com

Telefone: (61) 98183-6304

Fernanda Christina Silva Coelho Romariz

Enfermeira graduada pela UFG. Especialista em Enfermagem do Trabalho pela Anhanguera.

E-mail: coelho.cs.fernanda@gmail.com

Telefone: (61) 98149-4882

6.2. CORPO DOCENTE

Unidade Curricular	Docente(s)	Titulação	Carga Horária
Gestão Estratégica nas Organizações	Weskley Rodrigues	Especialista	22h
	Natale Souza	Mestra	
Gestão Orçamentária e Financeira	Anderson Ferreira	Especialista	45h
Licitações e Contratos Governamentais	Vandré Amorim	Especialista	30h
Gestão Pública	Weskley Rodrigues	Especialista	45h
Gestão Contábil	Egbert Buarque	Mestre	45h
Gestão de Pessoas e Processo de Trabalho em Saúde	Renato Lacerda	Especialista	27h
	Fernanda Feitosa	Especialista	
Gestão de Processos	Bruno Azevedo	Especialista	36h
Gestão de Projetos	Bruno Eduardo	Especialista	28h
	Natale Souza	Mestra	
Gestão de Recursos Materiais	José Wesley	Especialista	30h
	Ana Cássia Ferreira	Mestra	
Gestão da Qualidade – Acreditação, Certificação e Segurança do Paciente	Benefran Bezerra	Mestre	30h
Normas e Padronizações para Auditoria em Saúde	Jimi Medeiros	Mestre	30h
	Lincoln Vitor	Mestre	
Tópicos Jurídicos em Saúde	Elisângela Anjos	Mestra	10h
Mecanismos de Regulação e Remuneração em Saúde	Fernanda Feitosa	Especialista	10h
Sistemas de Informação e Gestão Tecnológica em Saúde	Elisângela Anjos	Mestra	3h
Marketing e Empreendedorismo na Saúde	Maíra Curti	Mestra	10h
Gestão de Contratos e Compras Governamentais	Vandré Amorim	Especialista	45h
Metodologia da Pesquisa Científica (opcional)	Julianna Moreira	Mestra	40h

6.3. BIBLIOTECA

Não haverá uma biblioteca física, em razão da natureza do curso. Caberá ao docente indicar em aula a bibliografia básica e complementar.

7. Estágio

7.1. Este curso de pós-graduação contempla, como diretriz curricular, apenas o estágio não obrigatório, assim considerado aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular obrigatória, nos termos da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, devendo-se celebrar Termo de Compromisso de Estágio, como Instrumento Jurídico entre a Instituição de Ensino, a parte Concedente e o estagiário em cláusulas que estabeleçam as condições gerais (vigência, eventual bolsa e jornada de trabalho, compatível com as atividades escolares e nos limites legais) bem como as obrigações da Instituição de Ensino, em relação aos estágios de seus educandos; e as obrigações da parte concedente.

7.2. As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo aluno, são equiparadas ao estágio.

7.3. Deve-se haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso de Estágio.

7.4. O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da Instituição de Ensino e por Supervisor da parte concedente, comprovado por vistos em relatórios de atividades a serem apresentados pelo aluno, em prazo não superior a 6 (seis) meses, e por menção de aprovação final.

7.5. Os relatórios periódicos e o final devem ser apresentados à instituição de ensino, com a descrição pormenorizado das atividades, inclusive com a natureza do estágio e jornada, e com a assinatura do supervisor da parte concedente.

7.6. Os relatórios periódicos do estagiário serão incorporados ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do aluno.

7.7. Quando devidamente formalizado, as atividades de estágio podem, a pedido do interessado ser acrescidas à carga horária regular e obrigatória, com o objetivo de acrescentar a carga horária respectiva como atividade complementar no certificado.